

AS MUDANÇAS SOCIAIS E O CRESCIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PRATICADO POR UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Zaila Maria de Oliveira (Centro Universitário Fametro/ UNIFAMETRO).

Alessandro dos Santos Silva (Centro Universitário Fametro/ UNIFAMETRO).

Stênio Lima Rodrigues (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Maranhão/IFMA).

Adalberto Benevides Magalhães Neto (Centro Universitário Fametro/ UNIFAMETRO)

Daniele Adelaide Brandão de Oliveira (Centro Universitário Fametro/ UNIFAMETRO).

Resumo: Este trabalho tem como objetivo geral identificar as ações de desenvolvimento sustentável que são decisivas para as estratégias de crescimento no Sistema Cooperativo de Crédito - SICREDI. Do ponto de vista metodológico o presente trabalho se apresenta como um estudo de caso único de natureza exploratória e qualitativa, com a intenção de analisar a interveniência do tema desenvolvimento sustentável na construção do planejamento estratégico da organização. A pesquisa foi realizada a partir do acesso, análise e compreensão dos relatórios de sustentabilidade apresentados pela empresa no período compreendido entre 2015-2019, com ênfase nos relatórios de 2015 e de 2019. Nesses relatórios se procurou identificar sua estrutura, as menções a temática sustentabilidade e as ações centradas no desenvolvimento sustentável que a empresa aponta. Embora a pesquisa demonstre que os assuntos relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável tenham grande relevância na construção do planejamento estratégico da organização e na tomada de decisões de sua execução, fica evidente que as ações se pautam em situações internas de pequena extensão e que não sugerem relação íntima com a concepção do cooperativismo de crédito, aproximando-se mais da modernização ecológica que busca unir meio ambiente e economia.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Cooperativismo de Crédito. Desenvolvimento Sustentável.

SOCIAL CHANGES AND GROWTH OF ORGANIZATIONS: A CASE STUDY ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT PRACTICED BY A CREDIT COOPERATIVE

Abstract: This work has as general objective to identify the sustainable development actions that are decisive for the growth strategies in the Cooperative Credit System - SICREDI. From the methodological point of view, this work is presented as a single case study of an exploratory and qualitative nature, with the intention of analyzing the intervenience of the theme sustainable development in the construction of the organization's strategic planning. The research was carried out from the access, analysis and understanding of the sustainability reports presented by the company in the period between 2015-2019, with an emphasis on the 2015 and 2019 reports. In these reports, we sought to identify its structure, the mentions of the sustainability theme and actions focused on sustainable development that the company points out. Although the research demonstrates that issues related to the environment and sustainable development have great relevance in the construction of the organization's strategic planning and in the decision making of its execution, it is evident that the actions are based on small internal situations and that suggest an intimate relationship with the concept of credit cooperatives, moving closer to ecological modernization that seeks to unite the environment and the economy.

Keywords: Sustainability. Credit Cooperatives. Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente cresce ano após ano, a escassez dos recursos naturais e os impactos que o desenvolvimento humano têm causado na natureza são sentidos em forma de catástrofes, doenças e privação. Nesse cenário de preocupação com o futuro das gerações vindouras aumenta a busca por geração de lucros de modo sustentável dentro das empresas.

A possibilidade de continuar crescendo e gerando dividendos sem, no entanto, afetar o meio ambiente de maneira severa e mantendo o equilíbrio e bem-estar da sociedade são as marcas de sucesso da atividade econômica atual. As grandes empresas disponibilizam uma boa fatia de seus orçamentos de marketing para investir em ações que priorizem a sustentabilidade, que coloquem a marca da empresa em um patamar de aliada das boas práticas sociais e de respeito ao meio ambiente.

Assim se direciona o espírito do agir com sustentabilidade, pois baseia-se em alternativas de crescimento que levem em consideração a ecologia, a economia e a sociedade, para que o meio ambiente não seja degradado ao mesmo tempo que as necessidades sejam atendidas (DIAS, 2018).

Vale ressaltar que ser sustentável não é um discurso politicamente correto de não usar os recursos naturais, mas ao contrário, é saber que o ciclo de vida dos recursos naturais se renova e que isso demanda um tempo, logo ser sustentável passa pela utilização do recursos natural com parcimônia, com razoabilidade, dando o tempo necessário para que ele possa se renovar, sem no entanto haver privação das necessidades humanas.

Desde sua origem, o sistema capitalista sempre girou em torno do desenvolvimento econômico, este sempre preocupado com uma crescimento da renda, melhoria do padrão de vida e, principalmente, o aumento do consumo na sociedade (FARIAS, 2014). Evidente que essa lógica de acumulação de capital traz um fluxo de movimento ao mercado que faz a economia girar e produz lucro, fim básico do capitalismo. Porém, por muito tempo não se deu a mínima para a fala que se estabelecia em prol da defesa do meio ambiente como agente produtor de riqueza.

Por mais que se acredite quem nem todas as empresas se utilizem diretamente de recursos naturais para produção de seus produtos, e isso possa até ser uma verdade, o fato é que a visão macroeconômica da situação se mostra mais plausível ao detectar que as organizações funcionam em cadeia produtiva, logo se essa ou aquela empresa não degrada diretamente o meio ambiente porque não tem em sua produção essa necessidade, o faz de maneira indireta, com seus funcionários se deslocando em veículos e lançando poluentes na atmosfera, com o uso irracional da água em seu ambiente de trabalho, desperdiçando-a (BARBIERI, 2012). Todas essas ações contribuem para que dentro da cadeia produtiva mais recursos naturais precisam ser utilizados e, nesse instante, não se consegue dar o tempo necessário para a renovação dos bens naturais, causando incertezas de que no futuro poder-se-á contar com suas disponibilidades.

Portanto o mercado percebeu essa necessidade, visto que os lucros continuavam aumentando e essa situação parecia ser o melhor dos cenários? Simples. A natureza devolve a agressão que sofre ao ser humano em forma de catástrofes, são enchentes, doenças respiratórias, mutações virais, terremotos, tsunamis, queimadas, entre muitas outras manifestações de que é preciso dar um basta a atividade predatória no meio ambiente. Com tais acontecimentos e estudos de impactos ambientais surgindo para reforçar o entendimento de que se instalara uma crise sem perspectivas, o mundo passa a olhar de maneira prioritária para a questão ambiental, deixando de lado, um pouco, a voracidade pelo lucro.

Por tudo isso que se encara, o desenvolvimento sustentável é um tema do momento na análise da estrutura administrativa das empresas, cada vez mais as responsabilidades com relação ao assunto são questionadas e cobradas por clientes, mídia e governos, tal cenário é dependente de ampla discussão e pesquisa para buscar uma acomodação entre os interesses e, principalmente, operacionalizar a execução dessa política de desenvolvimento sustentável, em particular no caso deste artigo, mas que deve ser pensada em todos os níveis da sociedade.

A relevância desse tema para o direcionamento das diretrizes administrativas no mundo do trabalho, por si só, seria capaz de justificar essa pesquisa, mas some-se a isso o fato de como a sustentabilidade tem se tornado um fator estratégico para o crescimento e desenvolvimento das organizações, tem-se aí a real dimensão de como o tema é relevante do ponto de vista acadêmico.

O presente trabalho tem como problema a seguinte indagação: Quais são as ações de desenvolvimento sustentável que tem sido decisivas na construção do planejamento estratégico de empresas do setor financeiro como as cooperativas de crédito?

Partindo da inquietação da pergunta geradora que ora foi apresentada, a estrutura do trabalho se organiza e traz como objetivo geral compreender os motivos que levam o crescimento sustentável a ser decisivo na definição de estratégias de crescimento no Sistema Cooperativo de Crédito - SICREDI. Da mesma forma derivam desse foco central da pesquisa algumas situações específicas, definidas aqui como objetivos específicos do artigo, são elas: caracterizar o que vem a ser uma cooperativa de crédito; conceituar sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; analisar o impacto do desenvolvimento sustentável na tomada de decisões estratégicas de uma cooperativa de crédito.

Para se conseguir elucidar a indagação basilar deste artigo se usará como metodologia a um estudo de caso, focando na análise de relatórios de sustentabilidade emitidos ao longo de alguns anos por uma cooperativa de crédito, diante do entendimento de como as informações se desenvolveram desde da implantação de programas e estratégias de sustentabilidade, passando pelos resultados obtidos com tais ações, tudo formará o arcabouço de informações que irão direcionar a compreensão sobre os impactos do desenvolvimento sustentável no crescimento organizacional sob o prisma de uma cooperativa de crédito.

O presente trabalho se encontra dividido em seções para facilitar a leitura e compreensão do leitor, são elas: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Análise e Discussão dos dados, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Cooperativismo de Crédito

Segundo a etimologia da palavra, o termo cooperativismo remete a ideia de cooperação, ajuda mútua entre indivíduos, que no caso desse trabalho, tem como especificidade a cooperação de crédito, levando a crer que tal modelo reforça a ideia de que as pessoas prestem auxílio financeiro umas as outras de forma cooperativa (COOPERATIVISMO, 2020).

A explicação acima é uma forma bem simples de conceituar o cooperativismo de crédito, mas obviamente que existem posicionamentos mais completos e consistentes na literatura para apontar essa definição, senão vejamos o que diz Schimmelfenig (2010, p. 03):

Uma cooperativa de crédito assemelha-se a um banco. Possui produtos e serviços como um banco qualquer. É uma instituição financeira formada por uma associação de pessoas, com forma jurídica própria e de natureza civil. Constitui basicamente da formação de um grupo de pessoas, que juntos, objetivam satisfazer sua ambição, necessidade e aspiração econômico-financeira. Pessoas se associam em busca de facilidades quanto a suas atividades econômicas. Buscam a prestação de serviços mais simples, o que acaba se tornando mais vantajoso para o associado. Vantajoso, como por exemplo, a liberação de um crédito para financiamento agrícola com menos burocracia e com juros bem menores dos exigidos pelos bancos.

Percebe-se que a dinâmica de atuação de bancos e cooperativas de crédito se assemelham bastante, todos os serviços que envolvem operações de crédito, pagamentos, transferências, aplicações, entre outros, são realizados por ambos, mas no que se diferenciam? A diferença reside na base em que cada um se alicerça, pois os bancos trazem a essência do capitalismo de mercado, aquele que coloca o seu interesse em primeiro plano na relação com o todo, o lucro é o objetivo a ser buscado incessantemente, as regras são as ditadas pelo mercado; já as cooperativas não objetivam alcançar o lucro, apesar deste existir, mas buscam, na verdade, conciliar os serviços financeiros com o desenvolvimento e conquistas de seus associados, bem como o crescimento da própria comunidade a qual estão inseridas (SCHIMMELFENIG, 2010).

2.1.1 Definindo uma Cooperativa de Crédito

A definição de uma cooperativa de crédito pode ter algumas interpretações, pois esta é uma instituição que não se fixa em solucionar apenas problemas financeiros, ao invés disso, observa-se que sua construção é feita por seus membros, há um espírito de solidariedade e corresponsabilidade presentes em cada decisão, por isso nem sempre é possível achar uma definição que satisfaça por completo o desejo de expressar o que vem a ser uma cooperativa de crédito, dito isso opta-se por definir uma cooperativa de crédito a partir da interpretação dada pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI (2020, on-line):

As cooperativas são empresas centradas nas pessoas, de propriedade conjunta e administradas democraticamente por e para seus membros, para que possam atender às suas necessidades e aspirações socioeconômicas comuns. Por serem empresas baseadas em valores e princípios, priorizam a justiça e a igualdade e permitem que as pessoas criem empresas sustentáveis que geram empregos e prosperidade a longo prazo. Gerenciadas por produtores, usuários ou trabalhadores, as cooperativas são administradas de acordo com a regra "um membro, um voto".

Segundo Viana (2016) as cooperativas de crédito funcionam como um agrupamento de pessoas que procuram de maneira conjunta lutar por seus interesses econômicos, sendo administradas por seus próprios membros, ou seja, a ideia do cooperativismo perpassa o sentido financeiro e ganha contornos de uma filosofia de organização democrática, solidária e eficiente, não é um sistema que se forma ao redor do capital, mas em prol de pessoas.

2.1.2 Princípios e valores nas Cooperativas de Crédito

As cooperativas se baseiam em valores, não apenas na obtenção de lucros e acabam por compartilhar ideais de voltados a construção de um mundo melhor, a partir da diminuição da desigualdade, pertinente em uma sociedade que se alimenta da exploração do outro, criando verdadeiros abismos sociais. Entre os valores trabalhados nas cooperativas de crédito se encontram a ajuda mútua, a autorresponsabilidade, igualdade, democracia, entre outros (VIANA, 2016).

Nesse sentido, os objetivos econômicos alcançados por uma cooperativa de crédito não podem ser fins em si mesmo, mas ao contrário, devem ser as ferramentas que possibilita aos seus cooperados garantirem dias melhores, conquistarem seus sonhos e aspirações. Seguindo assim, as cooperativas se afastam muito da frieza adotada pelas tradicionais instituições financeiras, os bancos.

Os 9 princípios que regem as estruturas do cooperativismo de crédito estão divididos em três grandes áreas que são expostos por Woccu (2015) apud Viana (2016) da seguinte forma:

Área 1 – Estrutura Democrática: nessa área abrigam-se a chamada associação livre e voluntária, quer dizer que dentro do âmbito de atuação e perfil definido pela cooperativa, qualquer pessoa tem a liberdade de se associar a uma cooperativa de crédito; também faz parte dessa área o chamado controle democrático que nada mais é que dentro de uma cooperativa o direito de voto nas tomadas de decisão é igual para todos, ou seja, independente de quanto o associado tem investido seu voto tem o mesmo valor de todos os outros associados; e, por último, o princípio da não discriminação, este define que não deverá existir qualquer tipo ação discriminatória, seja por raça, cor, ou qualquer outra condição.

Área 2 – Assistência aos associados: nesse setor a primeira demanda é a de distribuição aos associados, esta remete a ideia de que, após toda a operacionalização do fluxo de caixa ao final de um período, havendo excedente, este deverá ser distribuído aos associados de forma proporcional a suas movimentações financeiras na cooperativa; o segundo princípio da área 2 é o de construção de estabilidade financeira, trata-se de uma administração dos ativos financeiros de maneira responsável por parte do gestores, visando buscar a formação de fundo de reserva garantidor da continuidade dos serviços da cooperativa; já o terceiro princípio dessa área remete a efetiva assistência aos associados, sendo o fornecimento dos serviços disponibilizados como pagamentos, transferências, financiamentos, entre outros, quando de sua adesão à cooperativa, são o foco desse princípio.

Área 3 – Objetivos Sociais: nessa terceira área a primeira demanda que se encontra é a educação continuada, esta se alicerça na ideia de que por se diferenciar de um banco comum, a cooperativa deve capacitar seu associado, mas não só ele, as formações abrangem os funcionários e o público em geral também, evidenciando assim o cunho social que é traço das cooperativas; o segundo princípio constante nessa área é o de cooperação entre as cooperativas, seguindo a premissa da colaboração mútua e da cooperação, na medida do possível as cooperativas de crédito devem cooperar umas com as outras, desde o nível local até em nível internacional; o último princípio a ser abordado é a responsabilidade social, dentro do ideário que fomentou a criação das cooperativas, a justiça social sempre foi uma marca, por isso gerar bem-estar aqueles que se associam, bem como a toda a comunidade que a cerca é uma das responsabilidades de uma cooperativa de crédito, a ideia é crescer e fazer quem está ao seu redor crescer também.

2.1.3 A História do Cooperativismo de Crédito

A caminhada do cooperativismo se inicia ainda no século XIX, não obstante as transformações que estão em curso na sociedade e suas forma de organização, afinal esse era um período marcado pelo capitalismo industrial, pela posse dos meios de produção e aumento dos mercados consumidores e da produção de bens. A sociedade também acelerava sua transição do meio rural para o surgimento das zonas urbanas, quase sempre forjadas nos arredores das fábricas, gerando um descompasso entre o ritmo da exploração dos mais pobres e os ajustes necessários para estruturar uma vida digna nas recém criadas cidades (DIAS, 2018).

Sobre os fatos históricos citados acima e que remetem aos surgimento das primeiras formas de associação para cooperação entre pessoas são reflexos de um cenário degradante do trabalho, pois com a mudança realizada no fluxo econômico, a moeda mais valiosa deixava de ser a terra e passava a ser o parque industrial, o meio de produção de bens. Esses proprietários dos mecanismos de produção “compravam” a força de trabalho das pessoas em troca de um pagamento, conhecido como salário. Porém, esse trabalhadores, muitas vezes oriundos da atividade agrícola e sem nenhuma alternativa para manterem o sustento de suas famílias, viam-se muitas vezes obrigados a se submeterem a jornadas de trabalho degradantes e em condições longe do mínimo de dignidade humana, tal forma de exploração ensejou os pensamentos de cooperação como forma de resistir e buscar melhorias sociais, diminuindo a grande desigualdade vista até então. Sobre esse cenário fomentador do movimento cooperativista Schimmelfenig (2010, p. 5-6) relata que:

No findar do ano de 1844, na cidade de Manchester na Inglaterra, 28 tecelões (27 homens e uma mulher) fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em inglês, Society of Equitable Pionners. Estes pioneiros, moradores do Bairro Rochdale, resolveram economizar, uma libra por pessoa, por mês, no prazo de um ano.

Naquela época, não era o lucro que esta sociedade objetivava, e sim, os tecelões buscavam combater o capitalismo ganancioso. Sofriam muito com a exploração da jornada de trabalho, com salários extremamente baixos, com o desemprego que crescia consideravelmente e com os preços abusivos que eram praticados pelo mercado.

Já em solo brasileiro a chegada dos princípios cooperativistas só ocorre no início do século XX, com um foco muito grande nas questões de cunho social, visto que as ideias foram trazidas por um religioso que tinha uma vocação missionária (SCHIMMELFENIG, 2010). Porém, é importante ressaltar que esse início as cooperativas tinham as mais diversas constituições, assim como diferiam em suas finalidades. As cooperativas voltadas ao crédito tem uma origem diferente e surgem da rápida expansão do conceito de cooperativismo em confronto ao capitalismo ganancioso que houvera se instalado.

2.2 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Por vezes se observa a utilização sinônima dos termos que dão título a esta seção, porém, por mais que se possa atribuir semelhanças e que de modo informal se possa fazer uso das duas formas, ambas têm identidades próprias e carregam consigo definições que as diferenciam. Nesse sentido, faz-se importante pontuar acerca da essência de cada um dos termos e como se associam para formar seus conceitos.

A ideia de sustentabilidade aparece como uma definição mais ampla e que abrange,

principalmente as questões naturais e do meio ambiente, tanto em sua quantidade como em sua qualidade, ou seja, a sustentabilidade se preocupa com os recursos em suas origens, tornando o bem natural renovável e disponível para o uso futuro (FARIAS; ROSSATO; DÖRR, 2014).

A sustentabilidade tem se tornado tema recorrente nos debates acerca do futuro, entende-se que a dinâmica de crescimento econômico é moderada pela sustentabilidade, por isso discuti-la e tratá-la de maneira prioritária se tornou missão dos mais diferentes organismos da sociedade, sejam eles governamentais ou da sociedade civil. Sobre o entendimento da concepção de sustentabilidade se traz ao debate o que concebe Dias (2018, p.11-12):

A sustentabilidade baseia-se em alternativas ecologicamente, economicamente e socialmente viáveis, as quais respeitam o meio ambiente de forma que não degrade o planeta e ao mesmo tempo supra as necessidades da atual geração sem comprometer a futura geração. Quando se fala de sustentabilidade, não só a preocupação com o meio ambiente ganha ênfase, mas também a preocupação na esfera econômica e social, buscando diminuir a desigualdade social e promover o respeito e o equilíbrio entre a sociedade.

Como se pode observar, o autor acima em sua fala promove aquilo que se construirá como o entendimento sobre desenvolvimento sustentável. Este conceito começa a surgir com mais força a partir dos anos 90, quando cientistas, pesquisadores, grupos de ativistas, entre outros começam a apontar para o colapso que pode acontecer se nada for feito para frear a degradação dos recursos naturais no planeta. O primeiro movimento nesse sentido parte do relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado pela Comissão Mundial de meio Ambiente ligada à Organização das Nações Unidas – ONU (FARIAS; ROSSATO; DÖRR, 2014).

A partir da pressão política gerada por esses organismos internacionais, as principais organizações do capitalismo passam a permitir que a agenda sustentabilidade faça parte de seus planos de expansão. O desafio seria unir o crescimento econômico ao uso racional de recursos naturais, até então isso não havia sido questionado. Nessa perspectiva, as empresas começam a inserir em seus planos estratégicos soluções ligadas aos conceitos de sustentabilidade, nesse momento temos a ideia de desenvolvimento sustentável.

O termo em questão busca representar os anseios organizacionais do capitalismo moderno, unindo em seu conceito três dimensões bases da sustentabilidade: a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental. O desenvolvimento sustentável é, pois, a interseção dessas três dimensões assim como se verifica em Farias, Rossaro e Dörr (2014, p. 871):

No final do século XX, ocorreu um crescimento da consciência da sociedade em relação à degradação do meio ambiente decorrente do processo de desenvolvimento. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a relação sistemática sobre a influência da sociedade nessa evolução, conduziu a uma nova fase denominada de desenvolvimento sustentável. [...] Neste contexto, as empresas passaram a incorporar a sustentabilidade empresarial em seu plano estratégico, evidenciando em seus relatórios as ações direcionadas para o lado socioambiental. Além disso, passaram a adotar sistemas de gestão ambiental e investiram em procedimentos visando prevenir a poluição, recuperar áreas contaminadas e reciclar os resíduos gerados.

2.3 O Impacto do Desenvolvimento Sustentável nas Instituições Financeiras

O novo cenário que se apresenta para as empresas se mostra ligado ao compromisso e a responsabilidade em produzir crescimento econômico dentro de preceitos socioambientais. As organizações devem assumir papel de protagonismo nessa empreitada, porém as instituições financeiras, em especial, nunca estiveram muito próximas desses ideais socioeconômicos, seu ramo de atuação sempre muito competitivo, é marcado pela movimentação de ativos (vantagens) que as empresas demonstram e que representam um potencial ganho econômico futuro (SCHIMMELFENIG, 2010).

Inicialmente, não é natural que as empresas se orientem por outros balizadores que não sejam os de características mercadológicas, mas se surgem outras visões sobre as necessidades da sociedade e as pessoas mudam seus hábitos, passando a exigir das empresas produtos que sejam fabricados sob rigoroso controle de impacto ambiental, as ações nesse sentido, muitas vezes, não retratam a verdadeira ação preventiva e de preocupação com os critérios socioambientais, o que ocorre é um aproveitamento desse nova exigência de consumidores para atrelar a empresa a uma espécie de “selo sustentável” que não passa de marketing e não reflete a real intenção das organizações (FARIAS; ROSSATO; DÖRR, 2014).

Nesse mesmo sentido, Dias (2018, p. 13) denuncia:

[...]Porém, como o crescimento dos países vem sendo medido por meio do crescimento da produção, que se dá através da exploração dos recursos naturais, a população muitas vezes deixa de lado o conceito de sustentabilidade, priorizando a economia que na maioria das vezes se desenvolve de maneira irresponsável dentro do viés sustentável. [...] Dentro desse cenário, surge a expressão insustentabilidade. O rápido surgimento de novas tecnologias, e a preocupação crescente de aumento de produção, levam as empresas a fabricarem seus produtos de maneira irresponsável, apenas visando as vantagens econômicas.

Infelizmente a realidade mostra que o movimento de mudança na concepção da forma produtiva ainda prioriza o crescimento econômico, deixando de lado ou em segundo plano as outras dimensões que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável. Isso só acontece porque o movimento de desenvolvimento sustentável, em verdade, não se iniciou de dentro para fora, como era necessário, ao contrário veio de uma pressão externa que fez com que as empresas apenas se adequassem ao novo cenário.

Por fim, o que se observa é que os conceitos de desenvolvimento sustentável têm se dado mais efetivamente no ambiente interno das empresas, melhorando a eficiência da gestão, otimizando processos, redução de gastos, reaproveitamento e reciclagem de materiais, redução do desperdício, etc. O que se enxerga é que o empresariado não teve a internalização de uma consciência a respeito do desenvolvimento sustentável, embora se perceba que a sustentabilidade é uma forte tendência e vem aos poucos se mobilizando para transformar as relações econômicas e torná-las mais justas socialmente, na verdade o que ocorre é que ainda levará um tempo bastante significativo para que se possa enxergar realmente uma política de desenvolvimento sustentável.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa busca compreender os motivos que têm levado as ideias de desenvolvimento sustentável a serem tão importantes na definição dos planos estratégicos de cooperativas de crédito.

A opção metodológica escolhida é o estudo caso, cujo conceito se baseia na ideia de estabelecer um olhar direto sobre o objeto a ser estudado e, quase sempre, este objeto deve ser concreto e representar ação. A formulação de um estudo de caso deve ser uma escolha consciente do pesquisador, pois se configura uma importante opção quando o fenômeno observado não é possível de ser explicado pelos métodos quantitativos (ROCHA, 2016).

O conhecimento proporcionado por um estudo de caso é diferente se comparado ao produto de outros estudos, pois suas características colaboram para isso. Entre as principais características do resultado de um estudo de caso estão: a produção de um conhecimento que se encontra vivo e concreto, pois está na base de nossas experiências na realidade; é um produto contextualizado, ou seja, ele se comunica e se relaciona com aquilo que foi estudado em seu aspecto particular, dá vazão às situações peculiares que rodeiam o objeto estudado; e, curiosamente, é capaz de permitir a quem lê o resultado da pesquisa fazer sua própria extensão e definição de população a qual se destina ou abrange o dado obtido, isso quer dizer que o leitor da pesquisa, a partir das características e contextos apresentados no artigo, será capaz de estender os resultados para uma população que ele possa prevê em sua mente (ROCHA, 2016).

Do ponto de vista do objeto de estudo, o artigo se classifica como um estudo de caso intrínseco ou único, que segundo Rocha (2016) procura acolher a necessidade do pesquisador em se debruçar minuciosamente sobre uma situação específica, um caso em particular de uma pessoa, grupo de pessoas, ou mesmo de uma organização.

Do ponto de vista da escolha dos objetivos, o presente trabalho possui natureza exploratória, esta, por sua vez, não é tão rígida quanto a formulação de hipóteses, fundamenta-se, portanto, em dotar o pesquisador de mais elementos para problematizações mais precisas, novas hipóteses, ou mesmo desenvolver outras pesquisas de forma mais fundamentada (OLIVEIRA, 2011).

A pesquisa ora apresentada, quanto sua natureza, enquadra-se como uma pesquisa qualitativa. Acredita-se que tal opção está em consonância com a proposta de trabalho apresentada como objeto desse estudo, visto que Oliveira (2011, p.24) explica que na pesquisa dessa natureza “o uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências”.

Quanto a definição do ponto de vista da coleta de dados, a presente pesquisa se classifica como uma pesquisa documental. Por vezes, tal classificação de pesquisa é confundida com a pesquisa bibliográfica, porém as duas se diferenciam em um aspecto importante, a pesquisa documental trata de documentos que ainda não receberam uma análise sobre seus conteúdos, o que permite que essas obras possam ser elaboradas de formas diferentes diante dos argumentos e objetivos da pesquisa (OLIVEIRA, 2011).

Por fim, do ponto de vista da análise dos dados, a referida pesquisa se encontra classificada em uma análise de conteúdo. Segundo Oliveira (2011) tal forma de analisar uma pesquisa busca o que há nas “entrelinhas”, a perspectiva de acrescentar ao entendimento do leitor, pois vai além da interpretação daquilo que é apresentado, jogando luz e observando possíveis inferências que se coadunem com as hipóteses e formulações da pesquisa.

A pesquisa terá como Unidade de Análise a cooperativa de crédito Sicredi, uma instituição do ramo financeiro que atua em diferentes unidades da nação, provendo serviços de crédito, pagamentos, transferências, aplicações e outros para seus associados. Como uma cooperativa de crédito sua finalidade não é a obtenção de lucros, mas o desenvolvimento e bem-estar de seus associado, bem como a promoção de mudanças locais nas regiões onde atua.

A partir da análise pormenorizada dos relatórios disponíveis serão exploradas evidências e situações que se apresentam em sintonia com os objetivos da pesquisa, sendo assim, o presente artigo trará ao leitor as relações e implicações dos dados na elucidação do problema de pesquisa, procurando apresentar uma comunicação clara e objetivo de particularidades que se encontram obscuras, em muitas vezes, na leitura superficial da informação.

Para a realização da pesquisa e análise de sua pergunta geradora, foram buscados documentos que fornecessem dados confiáveis acerca das ações e políticas de sustentabilidade realizadas pela empresa analisada, dessa busca se conseguiu acessar os relatórios anuais de sustentabilidade da empresa, estes são bastante esclarecedores com relação à política de desenvolvimento sustentável desenvolvida e o nível de importância que ela possui no planejamento das estratégias da organização para o futuro.

A escolha por uma cooperativa de crédito se desenvolve na perspectiva de que instituições do setor financeiro sempre foram as principais críticas das ideias de desenvolvimento sustentável e, por muito tempo, praticaram a sustentabilidade de dentro para fora, ou seja, buscaram otimizar processos internos, mas sem o envolvimento com o cenário externo e o bem comum. Em sendo as cooperativas de crédito, instituições que atuam no setor financeiro, mas que se regulam por valores e princípios que se diferem, por exemplo, dos bancos tradicionais, a análise de seus programas e ações em relação a sustentabilidade desperta enorme curiosidade. Os relatórios que serão usados como documentos bases foram obtidos por meio do sítio eletrônico da cooperativa de crédito, estando disponível ao público em geral para leitura e observação.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

As análise dos resultados da pesquisa se fundamentam na observação, reflexão e comentários acerca dos relatórios de sustentabilidade emitidos ao final de cada ano pela cooperativa de crédito Sicredi, tais relatórios fazem um balanço completo das ações da instituição no campo sustentável, bem como demonstram os resultados financeiros e as evoluções conseguidas no período.

A análise dos relatórios foi realizada no período compreendido entre 2015-2019, porém, como suas estruturas são semelhantes e seguem a mesma padronização, para fins de otimizar a pesquisa serão utilizados como base de dados os relatórios de 2015 e o de 2019.

A reflexão sobre os dados também se apoiou em outros documentos como: a política de sustentabilidade do Sicredi e também em informações contidas em seu próprio sítio eletrônico, do qual se consegue observar a ideia de sustentabilidade presente na empresa, como a própria instituição define: “Para nós, sustentabilidade é a gestão do negócio com foco na ampliação do nosso efeito positivo econômico, social e ambiental, reduzindo os impactos adversos e gerando valor para os associados, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas” (SICREDI, 2020).

O início da caminhada do desenvolvimento sustentável no Sicredi se inicia ainda em 2013, mesmo antes da Resolução 4.327/14, do Conselho Monetário Nacional (CMN),

que fixa as diretrizes socioambientais previstas para implementação das instituições financeiras no âmbito nacional. Assim, é possível observar a disposição da instituição em buscar se adequar as mudanças de mercado, denotando uma empresa moderna e atenta as rápidas transformações da sociedade.

Em seu documento norteador de política sustentáveis, a instituição preconiza o entendimento do termo sustentabilidade, isso fica evidenciado no trecho a seguir: “[...] Portanto, para o Sicredi, “sustentabilidade” é a gestão baseada em princípios e valores do cooperativismo, onde a perenidade do negócio depende da utilização de produtos e serviços, da satisfação do associado e do seu desenvolvimento econômico, social e ambiental” (SICRED, 2020).

Os relatórios observados trazem uma particularidade logo em suas primeiras páginas, pois mesmo se tratando de um relatório de sustentabilidade, o primeiro destaque trazido pelos documentos é a evolução financeira da cooperativa, como é possível conferir nas imagens abaixo:

Figura 1 – Impactos da política sustentável em números 2019 (adaptado)

Desempenho financeiro

Combinado do Sicredi (em milhares de R\$)

	2017	2018	2019
Ativo total	77.309.437	95.072.833	110.629.333
Disponibilidades	812.722	844.155	1.272.645
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.875.888	13.797.205	7.281.251
Títulos e valores mobiliários	16.375.830	20.382.042	25.062.076
Relações interfinanceiras e interdependências	1.947.901	3.196.214	4.052.357
Ativo	22.026.224	29.668.305	40.216.998
Crédito geral	18.193.512	21.872.899	26.111.885
Crédito rural	2.020.601	2.818.691	3.663.692
Outros créditos	385.740	434.137	521.993
Outros valores e bens	1.671.019	2.059.185	2.446.436
Permanente	50.366.971	60.486.410	70.758.342
Depósitos	1.535.738	3.869.178	2.194.884
Captações no mercado aberto			

Fonte: Relatório Sustentabilidade Sicredi 2015 (p. 03)

Figura 2 – Outros impactos da política sustentável em números 2015 (Adaptado)



Fonte: Relatório Sustentabilidade 2015 (p.07)

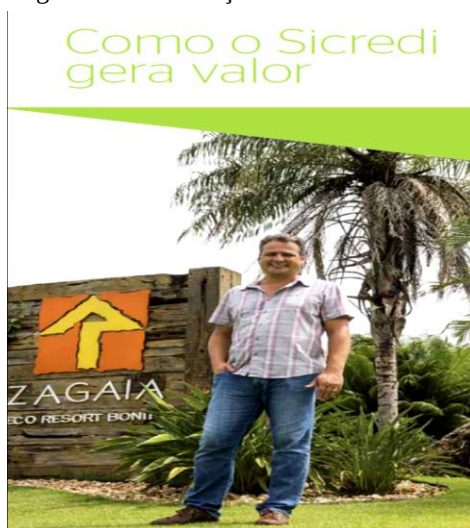
Essa ação, mesmo que possa parecer um movimento sutil, transparece a real vocação das instituições financeiras para o capital e geração de lucros, sendo assim o discurso aplicado denota uma preocupação com a aplicabilidade de um plano de sustentabilidade, mas a essência de atuação continua orientado o trabalho da empresa,

dificultando uma maior assertividade do trabalho no sentido dos impactos das políticas de desenvolvimento sustentável propostas. Sobre essa incompatibilidade entre o discurso e as ações Silva e Lima (2010, p.21) aduzem que: “A interpretação, portanto, feita desse processo é a de que o capitalismo é incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável, quando este necessita estar integrado a três dimensões: à social, à econômica e à ambiental, e que, em sociedades extremamente desiguais isso se torna impossível de se fazer”.

Ao realizar uma análise mais pormenorizada do relatório de 2015, percebe-se que as referências a ações socioambientais realizadas pela cooperativa e que tenham reverberação no contexto que estão inseridas é pequeno, principalmente em se tratando de público não-associado, ou seja, não se percebe no relatório uma estratégia voltada para os programas de intervenção externa da empresa junto as comunidades que serve, independente de serem pessoas associadas a cooperativa ou não.

Boa parte do relatório é destinada a realizar uma autopromoção da empresa, uma espécie de propaganda dos avanços, dos ganhos, dos serviços e de algumas ações sustentáveis voltadas para o público interno, como capacitações, programas de promoção, eficiência de gestão, entre outros. As figuras abaixo conseguem demonstrar essas situações citadas anteriormente.

Figura 3 – Valorização dos Associados



Fonte: Relatório Sustentabilidade 2015 (p.59)

Figura 4 – Produtos Ofertados pelo Sicredi



Fonte: Relatório Sustentabilidade 2015 (p. 63)

Figura 5 – Produtos que Geram Benefícios socioambientais

PRODUTOS E SERVIÇOS COM BENEFÍCIO AMBIENTAIS E SOCIAIS G4FS7 E G4FS8
DISCRIMINADOS POR LINHAS DE NEGÓCIOS

	VALOR MONETÁRIO (R\$) (LIBERAÇÕES EM 2015)	PROPORÇÃO (%) NO VALOR MONETÁRIO TOTAL
Pronaf (benefício social)	2.597.097.902,54 ¹	28,47%
Microcrédito (benefício social)	34.615.488,28 ²	0,38%
ABC (benefício ambiental)	715.916,78	0,08%
Consórcio sustentável	29.350.416,50 (1.010 cotas)	1,3% sobre o total créditos (2,2% sobre o total de cotas)

Obs.: A auditoria das demonstrações financeiras de 2015 não foi concluída durante o período de elaboração do relatório de sustentabilidade.

Fonte: Relatório Sustentabilidade 2015 (p. 71).

Só é possível observar duas menções mais diretas referenciando as questões de sustentabilidade ligadas a ações externas, que são aquelas que atentem indiscriminadamente associados e não-associados a empresa, o que configura como uma resposta da empresa as demandas sociais e ambientais do ambiente em que está instalada.

A primeira menção do relatório que pode ser considerada como voltada ao tema sustentabilidade se trata de uma norma chamada: “critérios socioambientais para concessão de crédito”. O artigo se refere a mudança nas regras para avaliação do risco socioambiental no momento de conceder crédito a novos projetos. Segundo o próprio documento (p. 53) “Uma série de requerimentos formais apoia a área de crédito rural para que seja atestada e comprovada a situação ambiental e social do associado que pleiteia o crédito”. Ainda é possível se notar a descrição de algumas dessas “novas” exigências e suas supostas relações com o desenvolvimento sustentável, como se vê no trecho a seguir Sicredi (2015, p. 53):

Por exemplo, é exigido o licenciamento ambiental concedido pelo Estado, autorizando a execução do empreendimento. O processo envolve a avaliação dos impactos causados, tais como a capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e o potencial de risco, como explosões e incêndios.

Percebe-se que além de ser uma ação voltada para os projetos de solicitação de crédito internos, a política não é uma iniciativa própria da empresa, mas orientada e provocada por normas emanadas do banco central com relação a exigências de distribuição do crédito de maneira a fomentar projetos de cunho sustentável.

A segunda menção ao tema sustentabilidade parte de políticas de sustentabilidade implementadas como se verifica na figura número 6. Apesar de ser uma linha de financiamento voltada para projetos de energia solar, o foco da apresentação que é mostrada é para o resultado financeiro, de quanto foi emprestado e uma relação de quanto esse montante se converte em redução da emissão de gases na atmosfera a partir da execução do projeto.

Ao que parece nada muda, a intenção de aumentar dividendos e apresentar números robustos aos seus associados, comum em instituições financeiras e que funcionam como símbolos do capitalismo, continuam sendo as práticas exercidas, porém agora com nova

roupagem, visto que absorvem para si o discurso ambiental, dando-lhe um “ar de importante” e prioritário, mas a prática ainda não é capaz de confirmar tal intenção. Corroborar com a tese o que se lê em Silva (2010, p. 167) apud Silva (2014, p. 110):

Na realidade, a formulação Desenvolvimento Sustentável representa uma tentativa de oferecer respostas à problemática do meio ambiente a partir de uma crítica às teorias desenvolvimentistas, hegemônicas no pós-guerra, sem, no entanto, inscrevê-las no contexto da crítica ao modo capitalista de produção; em outras palavras, trata-se de uma tentativa de articular expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e redução da pobreza.

Figura 6 – Decisões estratégicas acerca da política de sustentabilidade



Fonte: Relatório Sustentabilidade Sicredi 2018 (p. 19)

Da mesma forma que foi observado no relatório mais antigo, no relatório de 2019, que é o mais recente da cooperativa Sicredi, também não há muito espaço para apresentar ações sustentáveis ligadas a sociedade em geral. Tal constatação é possível de se perceber logo no sumário do relatório (Figura 7), quando não se encontra nos tópicos demonstrativos relevantes de que existam ações prioritárias de registro sustentável ou mesmo de cunho mais social.

Figura 7 – Pontos do relatório de sustentabilidade que tratam da temática (adaptado)

Sumário.	
Sustentabilidade	18
<i>Nossa estratégia</i>	24
Relacionamento e cooperativismo	
<i>Estrutura de governança</i>	46
<i>Conselho de Administração da SicrediPar</i>	48
<i>Processo decisório democrático</i>	51
<i>Assembleia</i>	52
<i>Ética</i>	56
<i>Difusão do cooperativismo e da sustentabilidade</i>	61
<i>Promoção da diversidade</i>	69

**Soluções
responsáveis**

<i>Relacionamento com o associado</i>	79
<i>Educação financeira</i>	81
<i>Oportunidades nas soluções financeiras</i>	84
<i>Gestão de riscos</i>	91
<i>Risco socioambiental</i>	93
<i>Operação sustentável</i>	98
<i>Fornecedores</i>	102

Fonte: Relatório Sustentabilidade 2019 (p. 09)

Percebe-se que no último relatório (2019) a menção ao tema sustentabilidade é um pouco mais recorrente que no relatório de 2015, tal constatação enseja a compreensão de que as mudanças oriundas dos anseios da sociedade e as movimentações dos concorrentes, no sentido de investir e priorizar o desenvolvimento sustentável, possam ter ligado um alerta na empresa para se voltar de maneira incisiva em questões envolvidas no tema.

À primeira vista, uma curiosidade mais aguçada leva a investigação de quais ações são descritas como sendo de “sustentabilidade”, por isso foi buscado avaliar o teor verdadeiro das manchetes para se emitir comentários que se aproximem da realidade dos fatos. O tópico que se intitula “nossa estratégia” abre a discussão e análise do relatório, nele é possível enxergar o caminho estratégico da empresa com relação ao tema sustentabilidade. A exposição feita se dá no âmbito de direcionadores de sustentabilidade, que segundo o próprio relatório (2019, p. 19) explica como sendo aqueles que: “[...] norteiam a nossa estratégia de desenvolvimento sustentável e nos auxiliam a colocar a nossa missão em prática”.

São ainda apresentados como sendo os direcionadores os seguintes aspectos: relacionamento e cooperativismo, soluções responsáveis e desenvolvimento local. A própria designação dos nomes, à primeira vista, não parece remeter a ideia de desenvolvimento sustentável com viés de justiça social, preservação dos recursos naturais ou mesmos projetos que fortaleçam a cultura de sustentabilidade entre seu público interno e externo. Tal dificuldade em se evidenciar ações amplas de sustentabilidade orientadas pelos direcionadores elencados fica ainda mais latente quando o próprio relatório mostra que toda a política de sustentabilidade se dirige apenas a perspectiva interna da empresa e, claramente, voltada para obtenção de resultados financeiros a partir dessas ações, senão veja o que há sobre o tema descrito no relatório (2019, p. 19):

Os direcionadores são divididos em temas focais, que compõem a nossa materialidade e são considerados os pontos mais relevantes para as nossas partes interessadas, possuindo impactos no nosso negócio.

São esses direcionadores que orientam a elaboração de projetos, iniciativas e planos de ação para a evolução da sustentabilidade no Sistema.

Tais falas levam a creditar que o tema sustentabilidade aparece na empresa com um discurso interessante, porém a cada instante há uma tentativa de se colocar em curso, não uma política de sustentabilidade, mas uma diretriz de modernização ecológica. Tal conceito é oriundo da ideia de se tentar unir meio ambiente com economia, principalmente em um período onde as medidas de preservação ambiental ainda eram muito tímidas. Vale ressaltar que essa é a maneira neoliberal de tratar os problemas ambientais, principalmente, em instituição do setor financeiro (MUNCK; SOUZA, 2010).

Ao continuar a leitura do relatório se encontram mais elementos que justificam a suspeita de que exista um embasamento do raciocínio que move a política sustentável da cooperativa com a ideia de teoria da modernização ecológica. Por exemplo, na seção intitulada “riscos socioambientais” tem-se uma política de avaliação criteriosa para liberação de linhas de crédito para projetos que tenham grande risco para impactos socioambientais, pode parecer uma preocupação em não permitir que empreendimentos que possam trazer danos ao meio ambiente sejam associados a imagem da cooperativa, mas na verdade é um apolítica de precaução, na qual se busca ter cuidado para não tomar prejuízo com projetos, que por problemas de danos ambientais não consigam devolver o valor emprestado. Assim diz o trecho do relatório (2019, p. 93): “O financiamento de atividades em setores expostos a impactos socioambientais pode gerar perdas financeiras e danos a nossa reputação”.

Esse é o entendimento de que a crise ambiental é um problema que será resolvido a partir de uma solução econômica, ao invés de se refletir e compreender que a problemática ambiental é fruto recorrente da desenfreada ação do homem, causada pela produção de bens e o consumo exacerbado, movimentando a economia, mas sem permitir que a natureza consiga se restabelecer das agressões sofridas (MUNCK; SOUZA, 2010).

“Como parte do nosso esforço em criar valor para a sociedade, com menor impacto no meio ambiente, buscamos continuamente tornar a operação das nossas agências e sedes administrativas mais sustentável”. Este trecho do relatório (2019, p. 98), encontra-se em uma seção chamada de “operação sustentável”, que é explicada como sendo um conjunto de práticas internas das agências e sedes administrativas, no sentido de evitar a cultura do desperdício e a reutilização de materiais diminuindo o uso dos recursos. A ideia é que essas práticas possam se refletir na sociedade e causar impacto nas pessoas, fazendo com que mudem seu jeito de pensar e passem a adotar hábitos que não agredam ao meio ambiente.

Por fim, a análise do relatório de sustentabilidade mais recente da cooperativa de crédito Sicredi (2019), apesar de mostrar uma inserção maior da temática desenvolvimento sustentável/sustentabilidade em suas discussões, ainda põe o tema fortemente atrelado a perspectiva interna da empresa e, principalmente, a ideia econômica de angariar lucros a partir da otimização de processos “mais limpos” e a eficiência nos gastos, sem esquecer da boa dose de marketing associando a marca a ações de cuidado e preservação do meio ambiente

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura da vida em sociedade tem caminhado para uma maior ênfase nos cuidados com o meio ambiente, os recursos naturais sempre foram parte das condições necessárias para existência da vida humana e, conseqüente, possibilidade de desenvolvimento da espécie. Porém, durante muito tempo a sanha por acúmulo de riquezas, proporcionadas pela ganância humana, não se preocupou com utilização dos recursos naturais. O discurso de modernidade, pautado no crescimento de mercados consumidores, no aumento da produção e na obtenção de lucro, prevaleceram sobre as tímidas falas em defesa do uso racional da natureza.

A motivação inicial do presente trabalho sempre foi a de verificar o impacto da sustentabilidade dentro da política de tomada de decisões por parte das empresas de forma geral. Ao final desse processo de construção se pode observar que verdadeiramente o problema ambiental e a busca por equacionar as demandas oriundas dele são a principal fonte de preocupação das organizações de uma maneira geral. No estudo de caso revelado

no texto, fica explícita necessidade de atenção aos temas ambientais e como a empresa se posiciona com relação a essas questões, mostrando que a pressão social reverbera no interior da organização.

Apesar de evidenciar a confirmação do problema inicial do trabalho, foi possível perceber também os objetivos específicos traçados no início deste trabalho, compreendeu-se como se define a sustentabilidade e sua diferença para o conceito de desenvolvimento sustentável; possibilitou o entendimento do que vem a ser uma cooperativa de crédito e como se diferencia de outras instituições financeiras; e, finalmente, evidenciou-se a importância do tema para as tomadas de decisões estratégicas nas organizações de uma maneira geral.

Na análise dos documentos que nortearão esse estudo de caso foi possível identificar a presença dos temas sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, evidenciou-se que a instituição promove políticas nesse sentido e que se preocupa em demonstrar essas ações para seus colaboradores e associados. Na análise das ações sustentáveis colocadas nos relatórios da empresa, identificou-se que há uma evolução e aprimoramento das propostas sustentáveis ao longo do tempo como mostram os documentos, visto que no primeiro relatório os vestígios do tratamento dado ao tema eram incipientes e escassos, melhorando substancialmente o tratamento quando da análise do relatório publicado mais recentemente.

Verificou-se na análise subjetiva das proposições uma distorção do entendimento das funções sociais de uma cooperativa com relação as políticas ambientais adotadas. Apesar de apresentar plano de sustentabilidade e da própria nomenclatura utilizada no relatório (Relatório Sustentabilidade), percebe-se que as explicações colocadas dão conta de ações quase sempre voltadas internamente para a cultura da empresa ou muito diminuída em projetos de terceiros. Também ficou claro o viés capitalista-financeiro próprio de uma instituição do ramo, visto que em muitas das falas os relatórios remetem a números e resultados positivos da empresa, denotando para seus associados a saúde financeira, a solidez e segurança de seus investimentos ali depositados, bem como a recorrente preocupação de tomar decisões que contribuam para um crescimento dos dividendos, mesmo em áreas nas quais o retorno financeiro é indireto, como é o caso das ações de desenvolvimento sustentável.

Por fim, acredita-se que o objetivo geral do trabalho foi alcançado, pois se compreendeu que o cenário empresarial, seja ele o mais próximo ou mais distante da concepção de recursos naturais, passou a se preocupar com o tema por se tratar de um fator limitante da continuidade do crescimento e do sucesso econômico das organizações. Porém, por ser um tema de grande importância e de uma complexidade extensa, existe a necessidade de aprofundamentos e novas pesquisas no sentido de elucidar a questão norteadora desse trabalho e outras intrigantes questões que se levantam ao se percorrer um trabalho como este.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL – ACI. Disponível em: <<http://ica.coop/>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BARBIERI, José Carlos. **Organizações inovadoras sustentáveis**. Caderno de Inovação, v. 3, p. 5-9, 2012.

COOPERATIVISMO. Dicionário online de Português, 20 mai. 2020. Disponível em

<<https://www.dicio.com.br/cooperativismo/>>. Acesso em 20 mai. 2020.

DIAS, Amanda Puhl. **Análise sobre a contribuição do Sicredi para o desenvolvimento sustentável com base na Resolução nº 4.327/2014 do Banco Central do Brasil**. 2018. 63f.

FARIAS, Raíssa Silveira de; ROSSATO, Marivane Vestena; DÖRR, Andrea Cristina. **Desempenho sustentável empresarial: um estudo de caso**. Desafio Online, v. 2, n. 3, p. 138-160, 2014.

KEMPF, Tatiane Raquel. **Práticas inovadoras de sustentabilidade ambiental em uma cooperativa de crédito**. 2015. 24f.

MORAES, Luis Fernando Salles et al. **Desenvolvimento sustentável e insolvência: um estudo de empresas brasileiras**. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 3, n. 2, p. 39-57, 2014.

MUNCK, Luciano; SOUZA, Rafael Borim de. **Desenvolvimento sustentável ou modernização ecológica? Uma análise exploratória**. Serviço social em revista, v. 12, n. 2, p. 137-162, 2010.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Universidade Federal de Goiás. Catalão-GO, 2011.

ROCHA, José Cláudio. **Estudo de Caso coo metodologia de pesquisa aplicada (2016)**. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/estudo-de-caso-como-metodologia-de-pesquisa-aplicada>>. Acesso em 01 de abr. 2020.

SCHIMMELFENIG, Cristiano. **Cooperativismo de crédito: uma tendência**. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU, v. 5, n. 10, 2010.

SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO – SICREDI. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/sustentabilidade/arquivo/sicredi_relatorio_de_sustentabilidade_2015.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/sustentabilidade/arquivo/relatorio_sustentabilidade_2019.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SILVA, Maria das Graças. **A (in)sustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Pollyana Luz Macedo da. **Desenvolvimento sustentavel e suas contradições**. Revista Internacional de Ciências, v. 4, n. 2, p. 107-119, 2014.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves; LIMA, Laíse Soares. **Desenvolvimento sustentável: um**

debate sobre suas impossibilidades. EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas, v. 1, n. 1, 2010.

VIANA, Camila Luconi. **Desempenho de sustentabilidade de cooperativas de crédito: um estudo em um sistema cooperativo de crédito brasileiro.** 2016. 227f.